CRISE DO CAPITAL E NEOLIBERALISMO: IMPACTOS DA PANDEMIA DA COVID-19 PARA POPULAÇÃO LGBTI+

CAPITAL CRISIS AND NEOLIBERALISM: IMPACTS OF THE PANDEMIC OF COVID-19 FOR LGBTI+ POPULATION

Tiago da Silva Andrade [1]

Resumo: o presente artigo traz reflexões sobre o neoliberalismo, a crise do capital e o impacto da pandemia da Covid-19, para as populações historicamente vulneráveis, dentre elas a LGBTI+. Nesse sentido, o trabalho divide-se em dois momentos: primeiro problematiza a pandemia da Covid-19 e a sua relação com a crise do capital, levando em consideração a racionalidade neoliberal como propulsora da ascensão do conservadorismo e sua relação com a situação de precariedade vivida pela população em geral, em especial a LGBTI+. No segundo momento, aborda a pandemia e suas implicações com a categoria trabalho e as violências em tempos pandêmicos. Aborda-se ainda, como consequências da crise pandêmica, o desemprego, a violência, o isolamento social e os impactos na saúde mental da população LGBTI+. Este estudo apoia-se no método dialético crítico para desvelamento da referida temática. Apontam-se nas considerações finais, a falta de acolhimento nas políticas públicas, as dificuldades de convivência impostas pela pandemia e as mais variadas formas de violências enfrentadas cotidianamente por essa população.
Palavras-chave: população LGBTI+; crise; capitalismo; neoliberalismo; pandemia.

Abstract: this article brings reflections on neoliberalism, the capital crisis and the impact of the Covid-19 pandemic, for historically vulnerable populations, including LGBTI+. In this sense, the work is divided into two moments: first problematizes the pandemic of Covid-19 and its relationship with the capital crisis, considering neoliberal rationality as a driver the rise of conservatism and its relationship with the precarious situation experienced by the general population, especially LGBTI+. In the second moment, the pandemic and its implications are addressed with the category of work and violence in pandemic times. It also addresses, as consequences of the pandemic crisis, unemployment, violence, social isolation and the impacts on mental health of the LGBTI+ population. This study is based on the critical dialectical method for the unsealing of this theme. The final considerations are pointed out, the lack of reception in public policies, the difficulties of coexistence imposed by the pandemic, and the most varied forms of violence faced daily by this population.
Keywords: LGBTI+ population; crisis; capitalism; neoliberalism; pandemic.

1 INTRODUÇÃO

O presente artigo tem como objetivo refletir sobre a crise do capital, agravada com a pandemia do Covid-19 no cenário brasileiro. Nessa perspectiva, aborda-se a crise pandêmica enquanto crise do capital e suas consequências no contexto brasileiro, e particularmente, na vida da população LGBTI+[2].

[1]Bacharel Serviço Social - Mestrando em Serviço Social no PPGSS/PUCRS. Bolsista CAPES/PROEX. Membro do Grupo de Pesquisa e Estudos em Redes, Identidades e Subjetividade – REDIS. Especialização em Serviço Social e Direitos Humanos (UNIPAMPA).

[2] Diante das variações das siglas, faz-se necessário explicar que o movimento de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis/Transexuais (LGBT) pode ter variações, visto que é uma sigla que está em disputa. Portanto, não há errado nas variações das siglas LGBT, LGBT+, LGBTI+, LGBTIA+, LGBTQI+, LGBTQIA+. Ressaltamos que a única sigla aprovada na conferência nacional LGBT de 2008, no Brasil, foi a LGBT. A Associação Nacional de Travestis e Transexuais do Brasil (ANTRA), junto de outras organizações, passou a adotar o LGBTI+, que contempla os intersexos por entender que estes estão organizados enquanto movimento político, e o sinal de mais (+) designa as demais possibilidades. Assim, usaremos neste trabalho a sigla LGBTI+, mas cada autor pode usar versões diferentes dessa sigla.

Para a elaboração deste estudo, desenvolveu-se uma pesquisa exploratória a partir de levantamento bibliográfico. Ademais, tem-se por objetivo refletir sobre a relação entre a crise do capital no contexto da pandemia da Covid-19 no Brasil. Nessa perspectiva, serão abordados os determinantes da crise do capital, suas influências e consequências no agravamento da crise sanitária e os impactos da pandemia no cotidiano e nas vivências da população LGBTI+. Para a análise e interpretação das informações, utilizou-se o método dialético crítico. A opção pela teoria crítica se dá a partir da percepção de que ela possibilita analisar as relações entre os sujeitos em seu contexto social, e não como seres isolados da realidade cotidiana na qual estão inseridos.

Ademais, o trabalho desenvolve-se em dois momentos: em um primeiro, problematiza a pandemia da Covid-19 e a sua relação com a crise do capital, levando em consideração a racionalidade neoliberal como elemento propulsor para a ascensão do conservadorismo e sua relação com a situação de precariedade vivida pela população.

> A partir da crise de 1968-1973 e especialmente em 2008-2009, um chão social mais favorável, que lhes permitiu, pouco a pouco, ressurgir e se intensificar, com seus conhecidos desdobramentos: ritmos estonteantes de corrosão do trabalho; destruição ilimitada da natureza; degradação do mundo rural, convertido em agrobusiness e em zona de extrativismos predatórios; segregação urbana e social, etc. Acrescente-se ainda a forte eugenia social, a exacerbação do racismo, a opressão de gênero, a xenofobia, a homofobia, o sexismo, além da propagação do culto aberrante da ignorância, do desprezo à ciência [...] (ANTUNES, 2020, p. 8).

Nesse sentido, aborda-se, ligeiramente, as ameaças trazidas pelo Bolsonarismo, como uma manifestação do neoliberalismo ultra-autoritário, com um discurso que preza "pela volta da família brasileira, um conceito cunhado a partir do colonialismo, da escravidão e do sistema de privilégios que marca a história do Brasil" (CASARA, 2021, p. 31), alinhado a uma política fascista que clama por um passado idealizado.

No segundo momento, são abordadas as configurações, o estranhamento do trabalho e suas implicações com as violências em tempos pandêmicos. Nesse sentido, apontam-se como consequências da crise pandêmica o desemprego, a violência e os impactos do isolamento social na saúde mental da população LGBTI+.

> Durante a pandemia, a relação entre o conceito de trabalho, renda, bem-estar social, bem-estar físico e transitabilidade aos serviços públicos e/ou privados, assim como o direito ao exercício pleno da cidadania ativa e a garantia dos direitos humanos, tornaram-se inviáveis e refletem direta e indiretamente nas condições mentais dos indivíduos (SILVA, 2020, p. 126).

Nestes grupos, o agravamento da saúde mental possui fatores disparadores, a exemplo, a baixa escolaridade, a vulnerabilidade socioeconômica e as vivências sistemáticas de violências. Há outros fatores de risco à saúde mental relacionados ao preconceito e/ou LGBTIfobia, como a rejeição familiar e o bullying, que cooperam para a fragilização dessas minorias já vulneráveis. (BORDIANO, 2021). No entanto, faz-se necessário que contextualizemos, de maneira breve, o desenvolvimento do neoliberalismo no Brasil, pois esses fatores não podem ser analisados sem a mediação do contexto histórico-social que os condiciona.

Nas considerações finais, apontam-se a falta de acolhimento nas políticas públicas, as dificuldades de convivência impostas pela pandemia e as mais variadas formas de violências enfrentadas cotidianamente pelas populações já vulneráveis por fatores sociais no país, com foco nos sujeitos LGBTI+. Ademais, conclui-se que a racionalidade neoliberal, que carrega todos os pesos simbólicos do passado patriarcal, aumenta ainda mais a pressão sobre essas comunidades, além de, em geral, afetar todos os extratos sociais com a pressão do capitalismo e o desejo constante de "trazer de volta os valores da família e da moral", que resultam em enorme violência social e econômica, ampliada ainda mais pela pandemia.

2 CRISE DO CAPITAL, RACIONALIDADE NEOLIBERAL E PANDEMIA DA COVID-19

A partir de 1990, o projeto neoliberal estabeleceu sua base econômica, fundamentação ideológica e racionalidade no Brasil, como consequência, o Estado passa por um amplo processo de privatizações (KELLER, 2019). Com isso, "as políticas sociais entram, neste cenário, caracterizadas como: paternalistas, geradoras de desequilíbrio, custo excessivo do trabalho, e de preferência, devem ser acessadas via mercado, transformando-se em serviços privados" (BEHRING, 2009, p. 76). Nesta perspectiva, o neoliberalismo pode ser definido "como o conjunto de discursos, práticas e dispositivos que determinam um novo modo de governo dos homens segundo o princípio universal da concorrência" (DARDOT; LAVAL, 2016, p. 17).

O neoliberalismo vem contribuindo cada vez mais para a ampliação de desigualdades, refletindo diretamente na precarização e no sucateamento das políticas sociais, bem como na redução dos direitos sociais e trabalhistas. Nessa direção há um desfinanciamento da proteção social pelo Estado, que vai se configurando em um Estado mínimo para os trabalhadores e em um Estado máximo para o capital (BEHRING, 2009).

O ataque neoliberal ao social "é fundamental para gerar uma cultura antidemocrática desde baixo, ao mesmo tempo em que constrói e legítima formas antidemocráticas de poder estatal desde cima" (BROWN, 2019, p. 39). Nesta perspectiva, o social, seu inimigo declarado, deve ser exterminado em nome da liberdade individual, para que não haja

impedimentos ou controle pela soberania popular. Por outro lado, a privatização econômica produziu exclusão, legitimidade da desigualdade, e a cristianização e familiarização, legitimou valores morais antidemocráticos (BROWN, 2019). É necessário que se tenha clareza de que,

> O neoliberalismo antes de ser uma ideologia ou uma política econômica, é em primeiro lugar e fundamentalmente uma racionalidade e, como tal, tende a estruturar e organizar não apenas a ação dos governantes, mas até a própria conduta dos governados. (DARDOT; LAVAL, 2016, p. 17).

Uma das principais características do neoliberalismo, evidenciado por Casara (2021), é a busca ilimitada pelo poder, nesse sentido, o neoliberalismo torna-se uma racionalidade, ou seja, um modo de ver e de atuar no mundo. Logo, a racionalidade está ligada a uma espécie de programação que dita o funcionamento da sociedade, assim, ela é positiva e potencialmente negativa composta de verdades e mentiras. A ausência de limites e o abuso de poder atendem a essa racionalidade. Isso faz com que o absurdo e a violência sejam banais, práticas antes condenáveis, passam ser aceitas e justificadas. Assim,

> [...] a racionalidade neoliberal fez com que o indivíduo passasse a agir como uma empresa e que o Estado assumisse o modelo de Estado-Empresa, o que significa operar escolhas com o objetivo de produzir o máximo de satisfação. Uma satisfação que passa a se identificar exclusivamente com a obtenção de lucro. Governar, legislar e julgar passa a ser sinônimo de agir sobre o meio, de modo a conseguir que os indivíduos respeitem as regras do mercado e respondam às incitações que esse mesmo meio produz, no sentido de que todos busquem sempre, e sem limites, o crescimento de seus capitais (CASARA, 2021, p 132).

Logo, esse modo de ver e de atuar no mundo, origina-se das lógicas de mercado e da concorrência. Com isso, “o caráter plástico e plural do neoliberalismo” (CASARA, 2021), possibilita que ele exerça influências nas relações sociais, moldando os mais diversos níveis nos discursos progressistas e conservadores, por via formal democrática ou por golpes de Estado. O imaginário neoliberal faz uso do conservadorismo para manter-se hegemônico, “a categoria “imaginário” tem estreita ligação com a noção marxiana de ideologia” (CASARA, 2021, p. 292). Nesse sentido, o neoliberalismo é capaz de desenvolver-se mesmo dentro de regimes extremamente conservadores e em qualquer ideologia em concorrência no mercado das identidades culturais. Antunes (2020), destaca que a engrenagem econômica não possui limites para sua expansão, e o seu resultado é uma acentuada destrutividade.

> Em um certo sentido, o conceito de racionalidade aproxima-se do uso corrente (e do sentido "positivo") atribuído ao termo "ideologia", que designa um conjunto de ideias ou mesmo a organização de opiniões, condutas e valores - uma maneira de pensar concernente ao homem e à sociedade. Há uma evidente dimensão ideológica da racionalidade na medida em que o modo racional de perceber e atuar no mundo liga-se a uma visão de mundo. Todavia, a racionalidade não se limita à ideologia, uma vez que é composta também por elementos não ideológicos (CASARA, 2021, p. 33-34).

No ano de 2013, ocorreram protestos sociais e políticos no país, que resultaram no *impeachment* da ex-presidenta Dilma, em 2016. Durante o processo, diversos votos foram justificados como "Em nome de Deus e da Família", principalmente advindos dos setores religiosos e fundamentalistas do senado, com isso, explicitando a ascensão do conservadorismo. Esse cenário também demonstra o quanto se faz presente no imaginário conservador e neoliberal, as perversas heranças de um passado autoritário e conservador, que estão intrinsecamente relacionadas às políticas fascistas (KELLER, 2019; LOWY, 2016; QUINALHA, 2016).

Assim, "a política fascista inclui muitas estratégias diferentes: o passado mítico, propaganda, anti-intelectualismo, irrealidade, hierarquia, vitimização, lei e ordem, ansiedade sexual, apelos à noção de pátria e desarticulação da união e do bem-estar público" (STANLEY, 2018, p. 14). Essas características da política fascista são facilmente (porém, não exclusivamente) identificáveis no atual governo Bolsonarista. Faz-se necessário ressaltar que "a política fascista pode desumanizar grupos minoritários mesmo quando não há o surgimento de um Estado explicitamente fascista (STANLEY, 2018, p. 15). Pode-se afirmar que,

> O solo de desenvolvimento do capital pandêmico é marcado por um profundo avanço do conservadorismo moral reacionário[...] que ostenta o seu conservantismo, orgulhosamente, cortejando claramente valores nazifascistas, além de destilar sem pudor o ódio por negros, mulheres, gays e demais segmentos sociais denominados (equivocadamente) de minorias sociais (CAMARGO; SALAZAR, 2020, p. 41).

Com isso, podemos trazer que, em verdade, a entidade "Deus" sempre foi muito presente nos discursos políticos brasileiros. Fato é que a bancada religiosa, desde governos anteriores, ocupa um espaço significativo no senado. No entanto, com a ascensão do bolsonarismo, fica explícito o impacto e a relevância que o conservadorismo moral tem nas políticas do país. O que antes era "oculto" na agenda das bancadas religiosa e ruralista, passa a ser escancarado, evidenciando seus interesses e projetos no executivo (QUINALHA, 2016). Nesse sentido, Keller nos lembra que:

> A representatividade conservadora no cenário político tem colocado em destaque aspectos que já estavam presentes no cotidiano da realidade brasileira, mas que, neste momento histórico, exsurgem com força e sem receios. Parte da sociedade parece reproduzir despudoradamente preconceitos sociais e diversas formas de discriminações que, na verdade, estão impregnadas nas raízes do senso comum brasileiro, sendo facilmente incorporadas e naturalizadas (KELLER, 2019, p. 107).

Nesse cenário caótico de ascensão do conservadorismo, terreno fértil para a racionalidade neoliberal, chega à presidência da república, no ano de 2018, Jair Bolsonaro, representante da extrema direita, fundamentalista, religioso neopentecostal, já fazendo reformas na sociedade, dentre elas, a reforma trabalhista, já iniciada no governo Temer. Durante sua campanha eleitoral, o então presidenciável, fez uso de uma narrativa que clamava pelo conservadorismo religioso, e seus seguidores mais fiéis, passaram a chamá-lo de Messias, fazendo um trocadilho com seu nome. Nesta perspectiva,

> "[...] quem se apresenta como messias não precisa mais de padres e nem seguir o evangelho". Esse "salvador da pátria" pode ser um juiz midiático ("messianismo jurídico", para utilizar a expressão da cientista política espanhola Esther Solano), um militar saudosista dos regimes de exceção ("messianismo bélico") ou um empresário de sucesso ("messianismo empreendedor"). Não importa: entre pessoas autoritárias, os heróis sempre serão autoritários. Ligada à identificação de um messias está a demonização daqueles que pensam diferente ou que não possuem valor dentro da lógica que se extrai da razão neoliberal (CASARA, 2017, p. 120).

Após as reformas feitas com sua eleição, a situação de precariedade, já vivenciada por parte da população, agravou-se ainda mais com a chegada da pandemia da Covid-19. No ano de 2020, o mundo entrou em alerta com a rápida disseminação, em todos os continentes, da Covid-19, causada pelo Coronavírus da Síndrome Respiratória Aguda Grave 2 - (SARS-COV-2). A doença trouxe grandes preocupações dada a sua rápida propagação e pelo alto nível de letalidade, bem como pela ausência de uma cura capaz de preservar vidas. A pandemia do coronavírus (Covid-19), evidenciou e amplificou de maneira catastrófica a crise da acumulação capitalista, escancarando as contradições já em curso, de modo que:

> A crise econômica que eclode, neste ano de 2020, é a manifestação da crise estrutural do capital em curso, que tem como disparadora a Covid-19. Esse vírus não tem a capacidade de promover uma crise de superacumulação. No entanto, introduz uma crise sanitária que evidencia a precarização da saúde pública, fruto da ausência do financiamento público nas políticas de proteção social, mediante a sua crescente privatização e seu esvaziamento como direito universal fundamental (CAMARGO; SLAZAR, 2020, p. 40).

Não há como focar a crítica da atual crise apenas como consequência do neoliberalismo, mesmo que se pareça no imediato por conta da "desarticulação dos mecanismos de saúde pública e de produção industrial e provimento institucional para urgências é obra de um modelo político neoliberal" (MASCARO, 2020, p. 9). No entanto, trata-se de uma crise capitalista, pois "é no solo da crise estrutural do capital que a pandemia vem se proliferando intensamente e, em poucos meses, já levou à morte milhares de pessoas em todo o mundo, além de desempregar milhões de trabalhadores e trabalhadoras" (ANTUNES, 2020, p. 13). Nesse sentido, podemos apontar que:

> As crises sucessivas do capitalismo têm engendrado mundialmente aspectos extremamente desafiantes para a classe trabalhadora, como o desemprego estrutural, a precarização e a desregulamentação social dos direitos conquistados. Salientamos, no entanto, a necessidade de compreender a classe trabalhadora na sua diversidade, formada por diferentes sujeitos com particularidades de raça, gênero, sexualidade, geração, territorialidade e nacionalidade (OLIVEIRA; VIANA, 2020, p. 59).

A pandemia da Covid-19 vem causando grandes impactos e consequências para a humanidade, mas principalmente, para aqueles que dependem da venda da sua força de trabalho para sobreviver. "Além dos altos índices globais de mortalidade, ampliam-se enormemente o empobrecimento e a miserabilidade na totalidade da classe trabalhadora" (ANTUNES, 2020 p. 7). A pandemia agravou a situação de precariedade vivida pela população em geral, pois ampliou enormemente a parcela de desempregados, tornando desesperadora a situação brasileira, destacando o país como um dos campeões da tragédia. Neste sentido, Antunes (2020) aponta que:

> No Brasil, onde vivenciamos desde sempre formas intensas de exploração do trabalho e de precarização ilimitada, as consequências são ainda mais perversas do ponto de vista social. Só para dar alguns exemplos, antes da pandemia, mais de 40% da classe trabalhadora brasileira encontrava-se na informalidade ao final de 2019. No mesmo período, uma massa em constante expansão de mais de cinco milhões de trabalhadores/as experimentava as condições de uberização do trabalho, propiciadas por aplicativos e plataformas digitais, o que até recentemente era saudado como parte do "maravilhoso" mundo do trabalho digital, com suas "novas modalidades" de trabalho on-line que felicitava os novos "empreendedores". Sem falar da enormidade do desemprego e da crescente massa subutilizada, terceirizada, intermitente e precarizada em praticamente todos os espaços de trabalho (ANTUNES, 2020, p. 7)

Ademais, no ano de 2020, "até a segunda quinzena de março, sete milhões de brasileiras precisaram deixar seus postos de emprego" (GAYOZO, 2020, p. 132). A autora aponta,

dentre os vários motivos, como principal entre eles, "o fato de ainda hoje as mulheres serem consideradas responsáveis majoritárias no cuidado com os filhos e, com a suspensão das aulas presenciais, algumas crianças ficaram sem ter um responsável para cuidar delas" (GAYOZO, 2020, p. 132). Dado que demonstra a sobrecarga de trabalho atribuída às mulheres, principalmente, mulheres negras e pobres, fato este naturalizado e pouco problematizado.

> Isso também ocorreu com os trabalhadores LGBTQI+. Uma pesquisa feita pelo coletivo Vote LGBT entre 28 de abril e 15 de maio, mais de 10.000 pessoas demonstrou que essa população está mais vulnerável aos efeitos econômicos da pandemia e também aos efeitos do distanciamento social, como ansiedade e depressão. A entrevista feita nessa pesquisa, com 10 mil pessoas, mostrou que 21,6% dos entrevistados estão desempregados, enquanto a porcentagem de desempregados nacional é de 12% (GAYOZO, 2020, p. 132).

Nesse contexto, ocorre a agudização da opressão de negros, LGBTI+, mulheres, imigrantes, quilombolas, indígenas, em suma, o conjunto pobre da classe trabalhadora (CAMARGO; SLAZAR, 2020). No caso da população LGBTI+, é preciso situá-los na realidade brasileira marcada pela violência LGBTfóbica estrutural, e outros determinantes como racismo, patriarcado e sexismo. Com isso, entendemos que a população LGBTI+ é acometida por um conjunto de violências, como a violência intrafamiliar, física, psicológica, simbólica, institucional, entre outras. Logo, a desigualdade, a discriminação, as questões de gênero, a fome, a miséria e a falta de emprego, consequências do sistema econômico vigente, agravaram-se com a pandemia da Covid-19, conforme será tratado no próximo item.

3 TRABALHO, VIOLÊNCIAS LGBTI+ EM TEMPOS PANDÊMICOS

Para que possamos contextualizar a violência relacionada à população LGBTI+, abordaremos, de maneira breve, o desmonte das políticas públicas, fomentado pelo avanço do neoliberalismo. Ademais, situando a configuração do trabalho em tempos pandêmicos e a sua relação com a violência sofrida pela população LGBTI+ marcada por determinantes como racismo, classe e sexismo.

É preciso situar que, em nome da "aceleração da acumulação burguesa, o Brasil gestou um golpe em 2016 e, em seguida, vem desmontando seu Sistema Único de Saúde (SUS), historicamente não consolidado, agora ainda mais fragilizado" (MASCARO, 2020, p. 7). Dessa forma, evidenciando "a opção política e ideológica por processos de privatização e desmantelamento dos sistemas nacionais de cuidado e atenção à saúde produziu mortes e potencializou o sofrimento da população" (CASARA, 2021, p. 25). A chegada da pandemia da Covid-19, expôs ainda mais a falta de investimentos do Estado no bem-estar social.

Com a redução de fundos para o financiamento nas políticas sociais, aumentam-se exponencialmente as desigualdades e o crescimento da pobreza, principalmente das populações marcadas por outros determinantes sociais, como gênero, raça, classe, e que, normalmente, já estão mais suscetíveis às desigualdades.

> A concentração da propriedade territorial e da riqueza têm, no seu verso, a ampliação do fosso de desigualdades entre classes e o crescimento da pobreza. Desigualdades de gênero, raça/etnia/geração, orientação sexual e território matizam as desigualdades de classes. Elas são acompanhadas da destruição de bens naturais e sua generalizada mercantilização; do crescimento do desemprego, do trabalho instável e desprotegido, da regressão de direitos, condensando a alienação e a banalização da vida humana (IAMAMOTO, 2019, p. 34-35).

Nesse contexto, há um aumento rápido no desemprego, habitações precárias sem acesso a saneamento básico para enfrentar a quarentena, contaminações em transportes públicos lotados, condições essas, que são históricas de um modo de produção específico, o capitalismo (MASCARO, 2020). No entanto, "é importante frisar que, para os "oprimidos" e "indesejáveis", o Estado Democrático de Direito nunca passou de uma aspiração" (CASARA, 2017, p. 49). O autor define que, todos aqueles que representam de alguma forma uma ameaça ao imaginário neoliberal, passam a ser indesejados, nesse sentido, pode-se considerar a população LGBTI+, as mulheres, os negros, pobres e periféricos.

> Os indesejáveis à sociedade construída à luz da racionalidade neoliberal são não apenas os pobres, que não produzem riqueza ou geram lucro (e que, por vezes, representam despesas ao Estado), mas todos aqueles que representam alguma forma de perigo para o imaginário e a hegemonia da racionalidade neoliberal, tais como os inimigos políticos do ideário neoliberal, intelectuais que não foram cooptados, artistas, jornalistas independentes etc. (CASARA, 2021, p. 105).

Deste modo, cria-se uma ideia, no imaginário neoliberal, de que esses sujeitos são inimigos da sociedade e estão ameaçando seu desenvolvimento. Essa imagem, não raramente, é construída a partir de preconceitos que reforçam que esses "inimigos" devem ser eliminados da sociedade, visto que "A imagem do inimigo é frequentemente produto de preconceitos e certezas delirantes" (CASARA, 2021, p. 241). Como exemplo, pode-se citar as estratégias usadas na campanha eleitoral de Jair Bolsonaro: a ameaça do comunismo, a ideologia de gênero e a implantação de uma suposta ditadura comunista no país. A ameaça de uma ideologia de gênero, o "kit gay" nas escolas, como uma ferramenta que busca a destruição do modelo tradicional de família brasileira, conservadora e patriarcal.

Enquanto deputado, Bolsonaro frequentemente produzia discursos de ódio, destilava misoginia: como no caso da deputada que não era digna de ser estuprada por ele (RAMALHO, 2016), preconceito racial direcionado aos negros e quilombolas, que "viviam às custas do Estado" (XAVIER, 2022). Os discursos e todas as polêmicas produzidas pelo presidente Jair Bolsonaro, serviram como cortinas de fumaça ou como ferramentas para desviar o foco em relação ao cenário de desmonte das políticas públicas, e como estratégia para fortalecer o viés conservador de seus eleitores. Ademais, a estratégia de tirar o foco de escândalos, também auxiliou para os processos de desmonte das legislações trabalhistas, que já vinham ocorrendo, o não acesso ao trabalho, ou ainda, a precarização do trabalho.

No que tange ao trabalho, Marx (2017) nos diz que na sociedade capitalista o único bem que o trabalhador dispõe é a sua força de trabalho, logo, para garantir sua sobrevivência, ele vende a sua força de trabalho para o capitalista. Neste sentido, ele afirma que o trabalho é, antes de tudo, um processo entre homem e natureza, pois, "agindo sobre a natureza externa e modificando-a por meio desse movimento, ele modifica, ao mesmo tempo, sua própria natureza" (MARX, 2017, p. 225). É na relação com a natureza que o homem se desenvolve enquanto ser humano e toma consciência de si e do mundo. Essa seria a forma mais primitiva de trabalho, é nesse processo de trabalho, homem e natureza, que o homem transforma a natureza em algo útil, valor de uso, para a sua sobrevivência, assim, o trabalho diz respeito unicamente ao homem (MARX, 2017).

No que diz respeito à produção de valor de uso, como produto do processo de trabalho, é inalterada, independente do modo de produção. Conforme Marx (2017, p. 120), "o trabalho é, assim, uma condição de existência do homem, independente de todas as formas sociais, eterna necessidade natural de mediação do metabolismo entre homem e natureza e, portanto, da vida humana".

A partir do surgimento do sistema capitalista, o único bem que possuímos é a força de trabalho, a qual disponibilizamos ao capitalista. Nesse processo de troca, a força de trabalho transforma-se em mercadoria, que é vendida ao capitalista, único meio de garantir que o trabalhador atenda a sua subsistência nesse modo de produção. A força de trabalho, ou capacidade de trabalho, pode ser entendida como "o conjunto das capacidades físicas e mentais que existem na corporeidade [Leiblichkeit], na personalidade viva de um homem e que ele põe em movimento sempre que produz valores de uso de qualquer tipo" (MARX, 2017, p. 242).

Para vender sua força de trabalho como mercadoria para o capitalista, "seu possuidor tem de poder dispor dela, portanto, ser o livre proprietário de sua capacidade de trabalho e de sua pessoa" (MARX, 2017, p. 242). Logo, o trabalhador só pode vender a sua capacidade física e mental de atribuir valor às mercadorias por um tempo determinado. Assim, o trabalhador renuncia sua força de trabalho por um determinado tempo atribuindo valores a mercadorias, porém, ele não renuncia a propriedade da sua força de trabalho, o capitalista

consome, assim, a força de trabalho (MARX, 2017).

No entanto, Ribeiro e Pacheco (2020) alertam que devemos levar em consideração que o mesmo trabalho que permite o desenvolvimento das habilidades individuais e traz novas possibilidades de convívio, é o trabalho que se baseia em uma relação de desigualdade de poder. Conforme Marx, o trabalho estranhado ou alienado, corrompe o homem do seu ser genérico, ele não se reconhece no processo de trabalho nem no resultado, produto do seu trabalho. "Com a valorização do mundo das coisas aumenta em proporção direta a desvalorização do mundo dos homens" (MARX, 2004, p. 80). Nessa perspectiva,

> O trabalho produz maravilhas para os ricos, mas produz privação para o trabalhador. Produz palácios, mas cavernas para o trabalhador. Produz beleza, mas deformação para o trabalhador. Substitui o trabalho por máquinas, mas lança uma parte dos trabalhadores de volta a um trabalho bárbaro e faz da outra parte máquinas. Produz espírito, mas produz imbecilidade, cretinismo para o trabalhador (MARX, 2004 p. 82).

Ademais, outro ponto relevante é a necessidade considerar a divisão sexual do trabalho como uma relação central e estruturante de relações patriarcais. A divisão sexual do trabalho não é algo natural, pois "a divisão sexual do trabalho é também uma construção social e histórica" (SOUZA-LOBO, 2021, p. 175). Não se trata apenas de trabalhos diferentes, mas hierarquicamente distintos e assimétricos, que se expressam em desigualdades nas carreiras e qualificações (CISNE; SANTOS, 2018). Nesse sentido,

> A divisão sexual do trabalho produz e reproduz a assimetria entre práticas femininas e masculinas, constrói e reconstrói mecanismos de sujeição e disciplinamento das mulheres, produz e reproduz a subordinação do gênero dominação (SOUZA-LOBO, 2021, p. 176).

Desta maneira, o perfil valorizado e promovido é daqueles que seguem a lógica de atividades de liderança e prestígio social, que são destinadas ao trabalhador que é homem e heterossexual. Aqueles que não se adequam às posturas restam os postos tidos como inferiores (RIBEIRO; PACHECO, 2020). Pode-se afirmar que, assim como o sexo, a sexualidade e a orientação sexual compõem a divisão sexual do trabalho, da mesma forma, as identidades de gênero também promovem mediações na estruturação da divisão do trabalho (CISNE; SANTOS, 2018). As autoras afirmam que,

> A compreensão da dimensão de sexo no trabalho é fundamental, toda via, insuficiente para analisarmos uma outra relação estruturante das expressões da desigualdade social. referimo-nos à dimensão étnico-racial. [...] por sua vez, a articulação entre divisão racial do trabalho com a dimensão de classe permite-nos entender não apenas as diferenças, mas, também, as desigualdades entre mulheres (CISNE; SANTOS, 2018, p. 67).

Portanto, a seara do trabalho, não pode ser lida como elemento à parte do todo social, pois este, reproduz em seu seio, todo esse arquétipo limitador das manifestações humanas, a ponto de poder se transformar em um ambiente avesso às diferenças, que repete os intensos processos de violência. Os padrões de hostilidade e de discriminação vividos por muitos LGBTI+, por exemplo, apesar de assustadores, encontram-se bem assentados no tempo presente (RIBEIRO; PACHECO, 2020). Dessa forma,

> Dada a divisão sociossexual e racial do trabalho em sua nova morfologia, as mulheres trabalhadoras brancas sofrem mais que os homens brancos (basta ver que os altos índices de violência doméstica e feminicídio se ampliam durante a pandemia), enquanto as trabalhadoras negras são ainda mais penalizadas que as brancas (veja-se o exemplo das trabalhadoras domésticas no Brasil, que totalizam 6,2 milhões, das quais 68% são negras). Recentemente, tivemos no Rio de Janeiro o brutal caso da morte de uma trabalhadora doméstica, Cleonice Ribeiro, que se contaminou ao cuidar de sua patroa, que lhe escondeu estar contaminada pela Covid-19. A patroa branca se curou e a trabalhadora negra faleceu. Desnecessário acrescentar, então, que as discriminações de classe, gênero e raça se intensificam ainda mais quando contemplamos as trabalhadoras indígenas, imigrantes e refugiadas (ANTUNES, 2020, p. 14).

Dentre o conjunto de violações e preconceitos que acometem a população LGBTI+, a pandemia e o isolamento social contribuíram para um significativo aumento da violência doméstica e familiar, visto que muitas pessoas perderam seus empregos e passaram a ter o ambiente domiciliar como único espaço de convívio. Com isso, o desemprego estrutural, que já afetava significativamente essa população, agravou-se ainda mais.

> Segundo a ANTRA, 90% das travestis estão inseridas na prostituição e 5% no mercado de trabalho informal. O coronavírus agravou essa situação, reduzindo o número de clientes dada a política de isolamento social e pondo em risco de contaminação aquelas que continuam no exercício da prostituição (OLIVEIRA; VIANA, 2020, p. 62).

Quando estes sujeitos retornam para a casa da família, onde deveriam receber acolhimento e proteção, em verdade, acabam estando expostos à hostilidade, negligência e agressões físicas e psicológicas que produzem sofrimento psíquico. Aqui, cabe ressaltar que

refere-se à família nuclear, aquela em que há laços consanguíneos, "Família nuclear é aquela composta de um homem e uma mulher que coabitam e mantêm um relacionamento sexual socialmente aprovado, tendo pelo menos um filho" (CARNUT; FAQUIM, 2014, p. 64), ou seja, o modelo de família tradicional, que "Dentre todas as configurações, a família nuclear é a mais observada e aceita socialmente na cultura ocidental" (CARNUT; FAQUIM, 2014, p. 64). Pesquisadores (GAPA BAHIA, 2021) citam relatos de pessoas LGBTI+ que estão vivendo na mesma casa, porém isolados em um quarto, sem poder usar os espaços comuns, e que convivem diariamente com a violência verbal e psicológica motivadas por discursos conservadores e religiosos. Podemos citar dentre diversos casos "a situação enfrentada por Sam, de 23 anos, que durante o período de pandemia da Covid-19 tem sido alvo dos discursos religiosos homofóbicos da sua mãe" (BARBOSA; RODRIGUES; SILVA, 2020, p. 172).

A realidade vivenciada pelas pessoas LGBTI+ durante a pandemia da Covid-19 trouxe à tona um assunto delicado e doloroso para muitas pessoas LGBTI+: a intolerância familiar. A pandemia e o isolamento social, evidenciaram uma realidade vivenciada por muitos LGBTI+ em seus núcleos familiares.

> Em recente investigação nacional realizada com cerca de 9 mil participantes, que objetivou averiguar os maiores impactos da pandemia para a população LGBTQIA+, 42,72% dos entrevistados elencaram a saúde mental como o principal impacto vivenciado durante este período, seguida de "novas regras de convívio", "solidão", "convívio familiar" e "falta de emprego e dinheiro" (BORDIANO, 2021, p. 2).

Conforme Borrillo (2016, p. 35) "para analisar a intolerância, é necessário compreender essa convergência entre a opinião comumente aceita e a construção intelectual da rejeição que engendra a legitimação da intolerância". É necessário compreender que a intolerância fere o "princípio base dos direitos humanos – o direito à liberdade – porque ele rege o ir e o vir do cidadão, ter liberdade como um direito, significa poder dispor de si sem satisfações a ninguém" (CANFIELD, 2015, p. 49). A intolerância e o não reconhecimento da subjetividade do outro, reflete muitas vezes, no trabalho profissional, quando preconceitos impedem a viabilização do acesso a direitos.

> A população LGBTI+ se configura como um dos grupos mais vulneráveis a diversos fatores, incluindo aqueles agravantes à própria saúde mental. Trata-se de uma população que cotidianamente enfrenta a LGBTIfobia estrutural da sociedade e, em contexto de necessário isolamento social, está vulnerável a tais situações expressas por meio de violências físicas e psicológicas dentro de casa, além da fragilização da própria rede de sociabilidade (BARBOSA; RODRIGUES; SILVA, 2020, p. 176).

Embora todas as pessoas nasçam livres e iguais, e os princípios de Yogyakarta[3] assinalem que todos os direitos humanos são universais, essa não é a realidade vivenciada pela população LGBTI+ no que diz respeito à igualdade social no Brasil (SILVA, 2020). A população negra, os povos indígenas e tradicionais, em especial a população LGBTI+, marcadas por outros determinantes sociais como racismo, sexismo e heteropatriarcado, vivenciam essas violências.

Diante de tal cenário, manter uma qualidade de saúde mental é um grande desafio, sobretudo para as populações mais vulneráveis, como as que são objeto desta discussão. A população LGBTI+ já possui um histórico de opressão e violência, e diante da pandemia e da desigualdade perpetrada pelos governos nefastos aqui problematizados, tem-se um agravamento da saúde mental da população LGBTI+. O desafio que se coloca nestes tempos sombrios é o da sobrevivência, e também, da luta para que não se percam as tímidas conquistas até então afiançadas.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Pode-se afirmar que a pandemia não é a causadora da crise em curso, visto que esta é mais uma crise do capital. A pandemia da Covid-19 não trouxe algo necessariamente novo, ela intensificou e expôs ainda mais a precariedade vivenciada pela população, dando visibilidade às opressões e às violações de direitos, evidenciando o desmonte nas políticas públicas iniciadas na década de 1990 com a chegada do neoliberalismo. O neoliberalismo se utiliza de um viés apelativo ao conservadorismo e moralismo, buscando manter sua hegemonia, refletindo em políticas públicas com características fascistas.

Entendendo que o sistema neoliberal está intimamente ligado ao conservadorismo, a direita se utiliza da racionalidade neoliberal para espalhar a imagem de um passado glorioso e de futuro terrível. Assim, o viés conservador é usado como estratégia tanto para alcançar, como para manter-se no poder. No que diz respeito à população LGBTI+, esta, além da invisibilidade, também sofreu (e ainda sofre) com o negacionismo, não somente em relação às suas vidas, mas suas pautas, demandas e necessidades. Nesse conjunto de violações, destaca-se a violência estrutural, que repercute diretamente na vida da população em geral, principalmente naquelas marcadas com determinantes sociais (como gênero, raça, classe), e que são mais expostas e suscetíveis às desigualdades, em especial os LGBTI+.

Essas populações sofrem os mais variados tipos de violências, que se agravam cada

[3] Entre 6 e 9 de novembro de 2006, houve uma reunião de especialistas realizada em Yogyakarta, Indonésia. Onde "a Comissão Internacional de Juristas e o Serviço Internacional de Direitos Humanos, realizaram um projeto com o objetivo de desenvolver um conjunto de princípios jurídicos internacionais sobre a aplicação da legislação internacional às violações de direitos humanos com base na orientação sexual e identidade de gênero, no sentido de dar mais clareza e coerência às obrigações de direitos humanos dos Estados" (PRINCÍPIOS DE YOGYAKARTA, 2007, p. 7). O documento, originado desta reunião, com as orientações aos Estado é conhecido como os Princípios de Yogyakarta.

vez mais, com o constante saudosismo ao passado, onde homens brancos dominavam e defendiam a dita "família de bem", e que, supostamente, essa família se perdeu por conta dos avanços nos direito das populações marginalizadas, como a LGBTI+, imigrantes, indígenas e quilombolas. E com isso, faz-se necessário reestabelecer a superioridade destas imagens históricas, para "salvar a família tradicional". Neste sentido, tem-se a máxima de que "se os homens brancos não podem ser donos da democracia, então não haverá democracia nenhuma. Se os homens brancos não podem dominar o planeta, então não haverá planeta" (BROWN, 2019, p. 220). No entanto, para que ocorra a superação da violência contra a população LGBTI+ é necessário problematizar e criar estratégias de rupturas do projeto societário, fortalecendo as políticas públicas e incluindo essa população na proteção social. É preciso que criemos estratégias que venham a contrapor e superar a racionalidade neoliberal.

Enfrenta-se um governo genocida, que contraria as orientações da ciência e negou o direito à saúde e à vida de mais de 600.000 mil brasileiros, vítimas da Covid-19 no Brasil. Diante do que foi visto aqui, conclui-se que "a história de todas as sociedades até agora tem sido a história da luta de classe" (MARX, ENGELS, 2008, p. 8). Concorda-se com MARX (2012) que a superação desse modo de produção perverso se dará a partir da ditadura revolucionária do proletariado. Sempre buscando alcançar uma igualdade de direitos e de respeito a todos os sujeitos que constituem a sociedade, buscando eliminar os preconceitos e as violências sociais, físicas e psicológicas que agridem diariamente, desde muito tempo, extratos e grupos sociais marginalizados pela máquina pública regida pela racionalidade neoliberal.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ANTUNES, Ricardo. **Coronavírus**: O no fogo cruzado. São Paulo: Boitempo Editorial, 2020.

BARBOSA, B. R. SILVA N.; RODRIGUES, J. W. C.; SILVA, L. V. DA. Pandemia e LGBTIfobia familiar. *In*: OLIVERIA, Antônio Deusivam de (org.). **População LGBTI+:** vulnerabilidades e pandemia da Covid-19. Campinas: Saberes e Práticas, p. 171-180, 2020.

BEHRING, Elaine R. Expressões política da crise as novas configurações do Estado e da sociedade civil. *In*: BEHRING, Elaine R. (org.). **Serviço Social**: direitos sociais e competências profissionais. Brasília (DF): Conselho Federal de Serviço Social. Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social, v. 1, p. 69-86, 2009.

BORDIANO, Geovani. *et al*. ***COVID-19, vulnerabilidade social e saúde mental das populações LGBTQIA+***. *In*: **Cadernos de Saúde Públicas**. Rio de Janeiro, 2021. Disponível em: https://www.scielo.br/j/csp/a/DGn766gbxHvgXMyyyfLWjgb/?lang=pt. Acesso em: 10 set. 2021.

BORRILLO, Daniel. **Homofobia:** história e crítica de um preconceito. Tradução de Guilherme João de Freitas Teixeira. 1 ed. 3 reimp. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2016.

BROWN, Wendy. **Nas ruínas do neoliberalismo**: a ascensão da política antidemocrática no ocidente. São Paulo. Editora Politeia, 2019.

CAMARGO, Maria Angelina Baía de Carvalho de Almeida; SALAZAR, Silvia Neves. Crise do capital, pandemia e exacerbação do conservadorismo. *In*: OLIVERIA, Antônio Deusivam de (org.). **População LGBTI+:** vulnerabilidades e pandemia da Covid-19. Campinas: Saberes e Práticas, p. 35-46, 2020.

CANFIELD, Fernanda Ferreira. **Direito Humano a (homo)afetividade e os movimentos sociais LGBT**. Curitiba: Appris, 2015.

CARNUT, L.; FAQUIN, J. Conceitos de família e a tipologia familiar: aspectos teóricos para o trabalho da equipe de saúde bucal na estratégia de saúde da família. **JMPHC | Journal of Management & Primary Health Care**, *[S. l.]*, v. 5, n. 1, p. 62–70, 2014. Disponível em: https://www.jmphc.com.br/jmphc/article/view/198/201. Acesso em: 13 nov. 2021.

CASARA, Rubens. **Contra a miséria neoliberal**: racionalidade, normatividade imaginário. São Paulo. Autonomia Literária, 2021.

CASARA, Rubens. **O estado pós-democrático**: neo-obscurantismo e gestão dos indesejáveis. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2017.

CISNE, Mirla; SANTOS, Silvana M. de Morais dos. **Feminismo, diversidade sexual e Serviço Social**. São Paulo: Cortez, 2018.

DARDOT, Pierre; LAVAL, Christian. **A nova razão do mundo**: ensaio sobre a sociedade neoliberal. São Paulo: Boitempo, 2016.

GAPA Bahia. **Saúde mental em tempos de Covid-19 e seus efeitos sobre as pessoas LGBTQI+ | GAPA Bahia**, 18 jun. 2021. 1 vídeo (2h 4min 45s). Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=_0BfeRyn57I. Acesso em: 21 out. 2021.

GAYOZO, Bruna Aparecida Azevedo. A sobrecarga mental da pandemia para a comunidade LGBTQI+. *In*: OLIVERIA, Antônio Deusivam de (org). **População LGBTI+ Vulnerabilidades e Pandemia da Covid-19**. Campinas: Saberes e Práticas, p. 129-138, 2020.

IAMAMOTO, Marilda V. O Serviço Social brasileiro em tempos de mundialização do capital. *In*: YAZBEK Maria Carmelita; IAMAMOTO, Marilda V.(org). **Serviço Social na história:** América Latina, África e Europa. São Paulo: Cortez, p. 34-61, 2019.

KELLER, Suéllen B. Alves. **A ofensiva do conservadorismo:** serviço social em tempos de crise. Rio de Janeiro. Lúmen Juris, 2019

LOWY, Michael. Da tragédia à farsa: o golpe de 2016 no Brasil. *In*: André Singer *et al (org.)*. **Por que gritamos golpe?** São Paulo, Boitempo, 2016.

MARX, Karl. **O Capital**: crítica da economia política. Livro I: O processo de produção do capital. São Paulo: Boitempo, 2017.

MARX, Karl. **Crítica ao Programa de Gotha**. São Paulo, Boitempo, 2012

MARX, Karl. **Manuscritos Econômico-Filosóficos**. São Paulo: Boitempo, 2004.

MARX, K. ENGELS, F. **Manifesto comunista**. São Paulo: Expressão Popular, 2008.

MASCARO, Alysson Leandro. **Crise e Pandemia**. São Paulo: Boitempo, 2020.

OLIVEIRA, Tibério Lima; VIANA, Raquel. Desemprego e violência LGBTIfóbica em tempos de pandemia da Covid-19. *In*: OLIVERIA, Antônio Deusivam de (org.). **População LGBTI+ Vulnerabilidades e Pandemia da Covid-19**. Campinas: Saberes e Práticas, 2020. p. 57-66.

PRINCÍPIOS de Yogyakarta: princípios sobre a aplicação da legislação internacional de direitos humanos em relação à orientação sexual e identidade de gênero. Tradução Jones de Freitas. 2007. Disponível em: http://www.dhnet.org.br/direitos/sos/gays/principios_de_yogyakarta.pdf. Acesso em: 10 de jun. 2022.

QUINALHA, Renan. "Em nome de Deus e da Família": um golpe contra a diversidade. *In*: André Singer *et. al* (org.) **Por que gritamos golpe?**: para entender o impeachment e a crise política no Brasil. São Paulo: Boitempo, p. 131-137, 2016.

RAMALHO, Renan. Bolsonaro vira réu por falar que Maria do Rosário não merece ser estuprada. **G1**, Brasília, 21 jun. 2016; Disponível em: https://g1.globo.com/politica/noticia/2016/06/bolsonaro-vira-reu-por-falar-que-maria-do-rosario-nao-merece-ser-estuprada.html. Acesso em: 10 jun. 2022.

RIBEIRO, Breno Lucas de Carvalho; PACHECO, Marília Ambientes Hostis: os Impactos do Coronavírus na Saúde Mental da População LGBT+. *In*: OLIVERIA, Antônio Deusivam de (org.). **População LGBTI+:** vulnerabilidades e pandemia da Covid-19. Campinas: Saberes e Práticas, p. 67-74, 2020.

SILVA, Sheila Cristina Corrêa**.** Para Além da Pandemia da Covid-19: População LGBTQI+ e Adoecimento Mental Frente ao Isolamento Social. *In*: OLIVERIA, Antônio Deusivam de (org.). **População LGBTI+:** vulnerabilidades e pandemia da Covid-19. Campinas: Saberes e Práticas, p. 119-126, 2020.

SOUZA-LOBO, Elisabeth. **A classe operária tem dois sexos**: trabalho, dominação e resistência. São Paulo: Perseu Abramo; Expressão Popular, 2021.

STANLEY, Jason. **Como funciona o fascismo:** a política do nós e eles. Porto Alegre: LP&M, 2018.

XAVIER, Getúlio. Bolsonaro repete ofensa que fez contra negros e quilombolas: 'Tu pesa mais de 7 arrobas, né?'. **Carta Capital**, 12 maio 2022. Disponível em: https://www.cartacapital.com.br/politica/bolsonaro-repete-ofensa-que-fez-contra-negros-e-quilombolas-tu-pesa-mais-de-7-arrobas-ne/. Acesso em: 10 jun. 2022.

Recebido em 11/05/2022
Aceito em 06/07/2022